Nota Justificativa

A Proposta de Lei em apreço visa dar cumprimento ao disposto na alínea 2) do artigo 71.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau, tendo presentes os princípios gerais enformadores das leis orçamentais, em especial o denominado princípio da anualidade orçamental, nos moldes em que os mesmos são enunciados na legislação de enquadramento orçamental, corporizada no Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

A Lei do Orçamento de 2008 mantém uma estrutura bipartida entre as normas necessárias à boa execução orçamental, cuja identificação melhor decorre do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro, e do Regulamento Administrativo n.º 6/2006, e uma política de incentivos fiscais anuais tendentes a prosseguir objectivos económicos específicos e a dinamizar actividades com estes relacionados.

Atendendo às condições financeiras públicas, tendo em conta ainda a atenuação contínua da carga fiscal da população em geral, propõe-se nesta Proposta de Lei, para além da manutenção, durante o ano económico de 2008, da política promovida no ano transacto, no âmbito da redução e isenção fiscais, a implementação das seguintes medidas:

1. Isenção da contribuição predial urbana dos prédios não arrendados e dedução à colecta de 50% deste imposto sobre prédios arrendados;
2. Aumento da parcela isenta do Imposto Complementar de Rendimentos, de \$ 32 000,00 (trinta e duas mil patacas) para \$ 200 000,00 (duzentas mil patacas);
3. Aumento da parcela isenta do Imposto Profissional, passando esta de \$ 95 000,00 (noventa e cinco mil patacas) para \$ 120 000,00 (cento e vinte mil patacas);
4. Isenção do Imposto do Selo sobre transmissão de um imóvel destinado a habitação e a estacionamento de veículos, até ao valor de \$ 3 000 000,00 (três milhões de patacas), adquirido por residente permanente da RAEM que não seja proprietário de qualquer imóvel neste território (incluindo as unidades comercial e industrial bem como as habitações).